

A DECISÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS ¹

Maria da Piedade Borges Matos ²

A parcela do lucro que será destinada à distribuição aos proprietários da empresa sob a forma de dividendos ou participações não se limita a um simples percentual, determinado estatutariamente, ou através de acordo de sócios abre o lucro obtido apurado utilizando os critérios de avaliação patrimonial determinados pela legislação societária. Essa decisão envolve muitos outros aspectos relevantes e que devem ser considerados para obtenção do valor adequado de lucro distribuível. Fundamentalmente, a determinação da quantia de lucro a ser liberada para distribuição deve considerar que a empresa deva preservar a sua continuidade, através da manutenção de sua capacidade operacional e condição física de geração de lucros, bem como contemplar a manutenção do capital investido pelos proprietários da empresa em termos monetários. Outros aspectos igualmente relevantes, como a utilização da figura do lucro como meta para promover a congruência de objetivos dos agentes que se relacionam com a empresa, à disponibilidade financeira para distribuição dos resultados, o estudo das necessidades de expansão da empresa e revisão de sua estrutura de capital devem ser também considerados na decisão de distribuição de lucros.

A informação do lucro líquido por ação e a informação de lucros remanescentes para distribuição aos sócios são vitais para os proprietários da empresa, mas igualmente fundamental para a própria empresa. Citando Hendriksen (p.169, 1999), “o ponto de vista mais aceito e tradicional de lucro líquido é que ele representa o retorno aos proprietários dos negócios”. Enquanto os sócios, acionistas e investidores esperam o lucro distribuível como remuneração do capital investido, ou um fluxo de renda fixa líquida dos investimentos efetuados, a empresa deve encarar a obtenção desse valor como meta prioritária para sua continuidade, objetivando a manutenção de seu capital.

Para continuidade da empresa, os gestores traçam planos de lucros e operações para preservação de seu capital e para gerar um a rentabilidade mínima para os acionistas e investidores. Essa rentabilidade mínima corresponde ao custo de oportunidade dos investidores e acionistas, que deve ser alcançada pelas operações da empresa. Conforme Ramos (p.29 e 30, 1985), “o problema da conservação do capital é contínuo no tempo e cabe à contabilidade o papel de bem refletir as situações para que a administração empresarial possa ter um guia seguro na sua tarefa de conservar o capital obtendo lucros”.

¹ Artigo apresentado a Disciplina Teoria do Lucro como avaliação parcial, sob orientação do Prof. Móises Silva Ramos.

² Acadêmica do 8º semestre do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ensino Superior do Amapá.

Os autores entendem que o capital a ser mantido é aquele que permita a realização completa das operações a que ele se destina, dentro das condições do mercado em que atua, e que assegure os rendimentos líquidos mínimos esperados pelos acionistas e investidores, ao final de cada período.

Assim, os lucros distribuíveis podem ser resumidos nos seguintes aspectos:

- 1) Necessidade da empresa, para manter nela mesma os investimentos já efetuados por seus sócios, acionistas e investidores;
- 2) Ponto fundamental de planos estratégicos e operacionais, objetivando a continuidade da empresa e necessidade de novas expansões;
- 3) Informação importante para sócios, acionista e investidores, para comparação com seus custos de oportunidade;

Analisando internamente a entidade empresarial, podemos verificar que é possível a existência de objetivos diferentes que direcionam seus principais agentes, quer sejam, os acionistas, os gestores da empresa e seus funcionários.

Devemos, primeiramente, certificarmo-nos do objetivo da própria empresa. A empresa deve ter como objetivo máximo o cumprimento de sua missão. Assim o conhecimento contábil passa a ser peça fundamental para a preservação do capital empresarial e segundo Sá, (p. 57, 1999) “Capital é o patrimônio aplicado para a exclusiva obtenção do lucro, ou seja, para ser sempre aumentado através da aplicação”.

A missão se constitui na verdade na razão da existência e no caso da empresa, se consiste na linha de atividades que ela pretende seguir. Para Peleias (p. 2, 1986) “a empresa é vista como parte integrante do ambiente do ambiente no qual está inserida, interagindo com este de modo a satisfazer suas necessidades”.

Dentro do objetivo de cumprimento de sua missão não podemos deixar de destacar a maximização do lucro, como elemento de atratividade permanente para os investidores internos e externos e para a manutenção de uma boa imagem como entidade empresarial e uns dos principais demonstrativos da contabilidade.

Segundo Lopes de Sá (p.91, 1999) “um investidor procura informação sobre segurança e frutos que sua riqueza particular pode render, quando aplicada em outra empresa; depende, para ter consciência sobre seu investimento, de dados contábeis que informem competentemente sobre as perspectivas de lucros e garantias de seu capital”. Já para Iudícibus (p. 28, 2000), “o objetivo principal da contabilidade é fornecer informação

econômica relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança”.

Assim, entendemos que os interesses divergentes entre os agentes com relação à empresa podem ser conciliáveis através de sistemas participativos com estabelecimento de metas e objetivos, posteriormente avaliados pelo sistema de informação contábil. A administração da empresa tem o papel de efetivar a convergência das metas e expectativas da própria empresa, dos proprietários, acionistas, investidores e dos funcionários que hoje trabalham com participação no lucro. Dessa forma, a consecução de lucros será um elemento da avaliação de desempenho dos encargos e dos gestores empresariais e a sua subsequente distribuição estará sendo feita dentro dos princípios de congruência de objetivos.

Hicks, (v.1, 2004), conceitua o lucro como “a importância que uma pessoa pode consumir durante um período de tempo e estar tão bem no fim daquele período como ele estava no seu início”.

Obviamente, essa conceituação de lucro é aplicável à entidade empresarial. Nota-se que esse conceito de lucro, objetiva a manutenção da riqueza da empresa ou, em outras palavras a sua capacidade física e monetária está ligado, então, a continuidade da empresa ou, a sua perpetuação como unidade geradora de negócios.

A empresa é constituída sobre o pressuposto da continuidade. A garantia da continuidade da empresa só obtida quando as atividades realizadas geram um resultado líquido mínimo suficiente para assegurar a reposição de todos os ativos na realização de suas atividades. Para Sá (p. 208, 1999), “o redito é eficaz quando gera lucro e este remunera o capital de forma a garantir a sobrevivência próspera da azienda, gerando, também, satisfação às pessoas que contribuem para a formação de capital”.

A continuidade da empresa ou a manutenção de sua riqueza pode ser traduzida pelo conceito de manutenção do seu capital, nos seus aspectos físico e monetário.

A questão da condição financeira de pagamento dos dividendos ou distribuição dos lucros está basicamente centrada na interpretação do regime de competência de exercícios adotado pela contabilidade.

Como o lucro é apurado e evidenciado na demonstração de resultados, considerando os momentos das receitas e despesas que motivaram sua geração e não considerando os momentos em que essas transações são efetivadas financeiramente, alguns

entendimentos inadequados interpretam que o lucro apurado pela contabilidade não é financeiramente distribuível.

Entretanto, temos que lembrar que o conceito de apuração de lucro contábil esta totalmente ligado ao conceito de geração de caixa das transações operacionais. O lucro contábil reflete o confronto do recebimento das receitas e do pagamento das despesas que formam esse lucro.

Para Lopes de Sá, (p. 104, 1999), “uma gestão é boa quando ocorre a eficácia, ou seja, quando empresa pode pagar bem seus compromissos, obter bons lucros, conservar-se em plena vitalidade, manter seu equilíbrio, não desperdiçar, estar protegida contra riscos e continuar crescendo”.

Para a economia grande quantidade de dinheiro provoca inflação e isso é mal, já para a empresa contabilmente, é sempre boa a disponibilidade de dinheiro no momento oportuno.

Não há duvida que algumas questões de deslocamento de tempo existem, mas isso não quer dizer que o lucro não seja financeiramente distribuível. Todo lucro é financeiramente distribuível. Faremos uma breve revisão dos principais conceitos e sua relação com o fluxo de caixa, extraído de Martins:

“À luz do custo histórico puro, tanto o balanço como a demonstração de resultados traduz a distribuição lógica e racional do fluxo de caixa da empresa ao longo do tempo. Em linhas gerais, todo balanço representa futuros de caixa, enquanto que a demonstração de resultados representa as receitas recebidas e que serão recebidas, bem como as despesas pagas no período e que foram pagas anteriormente (depreciações) ou serão pagas (provisões)”.

Alguns itens da demonstração de resultados podem trazer algumas dificuldades de visualização em relação ao fluxo financeiro tendo em vista que o tempo de realização às vezes é relativamente grande em relação às transações habituais da compra e venda, tais como a depreciação, as provisões para perdas e a equivalência patrimonial, principalmente, porém em algum momento todos serão realizados financeiramente.

A decisão de distribuir é resultante do processo de geração do lucro, que por sua vez, é elemento fundamental para a imagem da empresa dentro do ambiente em que ela se insere, e para todos os que se relacionam interna ou externamente, com a entidade empresarial. Neste particular, vimos que os aspectos motivacionais dos diversos agentes internos da entidade empresarial.

A obtenção do valor do lucro passível de distribuição é ponto central no processo de distribuição de resultados e passa primeiramente, pela própria mensuração do lucro empresarial. A atual legislação brasileira para a maior parte das empresas ainda não prevê a adoção de critérios de avaliação considerados mais adequados para determinados elementos patrimoniais, como o critério do custo corrente corrigido. Dessa forma, é possível que o lucro obtido segundo os critérios legais, e que fundamentaria a distribuição de lucros, não deva ser parâmetro adequado para a obtenção do valor a ser distribuído. Entendemos, dessa maneira, que a decisão gerencial de distribuição de lucros deva ser baseada em critérios mais adequados de avaliação patrimonial.

Entendemos como ponto fundamental para decisão de distribuição de lucros o conceito de manutenção do capital e, que este deva se constituir num parâmetro básico para a decisão. Nessa linha de pensamento e conforme Szuster: “O valor considerado distribuível consiste na parcela do lucro que não se faz necessário seja retida na empresa para que haja a manutenção do capital”.

O conceito de manutenção do capital, físico ou monetário, pode conduzir a necessidade de avaliações patrimoniais e de mensuração do lucro, que apresentem valores diferentes daqueles obtidos pelos critérios da legislação societária. Outrossim, como os agentes legais também são usuários da informação contábil e as demonstrações contábeis oficiais devem ser elaboradas pelos critérios determinados legalmente, há necessidade de uma avaliação de todas as implicações da legislação societária e fiscal quando da decisão de distribuição de lucros. Assim, é necessários um modelo de informação que concilie os aspectos gerenciais da apuração do lucro passível de distribuição com os aspectos constantes da legislação.

BIBLIOGRAFIAS:

SÁ, Antonio Lopes de Teoria da Contabilidade – 2.ed. – São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de Teoria da Contabilidade - 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2000.

HICKS, James R. Revista Brasileira de Risco e Seguro – V. 1, nº 0, Dezembro 2004.

HENDRIKSEN, Eldon S. Teoria da Contabilidade - 1ª ed. – São Paulo: Atlas, 1999.

IOB. Qual o Lucro a Distribuir sem Reduzir a Capacidade Física da Empresa? Temática Contábil e Balanços.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 3 ed. Ver. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade Vs. Fluxo de Caixa. Caderno de Estudos nº 02, FIPECAFI/USP, 1990.

PELEIAS, Ivan Ricardo. A Avaliação de Desempenho: um enfoque de Gestão Econômica. Dissertação Mestrado, FEA/USP, 1986.

RAMOS, Alkíndar de Toledo. O Problema da Amortização dos Bens Depreciáveis e as Necessidades Administrativas das empresas. Tese Doutorado. São Paulo. FEA/USP, 1985

SZUSTER, Natan. Análise do Lucro Passível de Distribuição: Uma Abordagem Reconhecendo a Manutenção do Capital da Empresa. Tese Doutorado São Paulo: FEA/USP, 1985.

www.cav.udesc.br

